



Resumo de Notícias

08/04/2016 - 11h01 - Sinttel-ES - Tânia Trento - Matéria extraída do Jornal Brasil de Fato 08/04/2016

O pior Congresso de todos os tempos!

Não basta escolher o melhor candidato à Presidência da República. É preciso escolher parlamentares decentes. No dia seguinte em que foi eleita, começou o calvário de Dilma, hoje submetida a um processo de impeachment comandado por um "sindicato de ladrões". A maior parte dos que vão julgá-la tem processos nas costas. Querem o impeachment da presidenta para barrar a apuração dos atos de corrupção e não o contrário.

Mas a corrupção é só um lado da moeda. Nas últimas eleições, a bancada dos trabalhadores no Congresso encolheu. Negros e pardos são a maioria dos brasileiros. Assim como as mulheres. Um e outro estão sub-representados. Nem chegam a 10% dos senadores e deputados, embora formem 56% (negros e pardos) e 52% (mulheres) da população. Em compensação, a bancada "BBB" – bíblia, boi e bala – cresceu assustadoramente.

Isso explica porque, enquanto você tira um cochilo, seus direitos estão sendo usurpados um a um. Abra o olho! À sombra do debate sobre o impeachment e do espetáculo midiático da Lava Jato, o parlamento está aprovando leis que tiram os nossos direitos.

Com Eduardo Cunha à frente, o Congresso se esforça para levar o país de volta à era colonial. Quiçá revogando, por fim, o voto feminino, a República e a Lei Áurea. Segundo o Dieese, há pelo menos 55 projetos tramitando que tiram os nossos direitos. O foco é derrubar a Previdência Social, acabar com a CLT, privatizar tudo, destruir a Petrobras e entregar o pré-sal. Mas o golpe mortal na democracia e na possibilidade de emancipação social é o projeto que define um teto para a dívida pública da União, inviabilizando salários, direitos e novos investimentos.

DIREITOS AMEAÇADOS

1- Regulamentação da terceirização sem limite permitindo a precarização das relações de

trabalho

(PL 4302/1998 – Câmara, PLC 30/2015 – Senado, PLS 87/2010 – Senado)

2. Redução da idade para início da atividade laboral de 16 para 14 anos

(PEC 18/2011 – Câmara);

3. Instituição do Acordo extrajudicial de trabalho permitindo a negociação direta entre empregado e empregador

(PL 427/2015 – Câmara);

4. Impedimento do empregado demitido de reclamar na Justiça do Trabalho

(PL 948/2011 – Câmara e PL 7549/2014 – Câmara);

5. Suspensão de contrato de trabalho

(PL 1875/2015 – Câmara);

6. Prevalência do negociado sobre o legislado nas relações trabalhistas

(PL 4193/2012 – Câmara);

7. Prevalência das Convenções Coletivas do Trabalho sobre as Instruções Normativas do Ministério do Trabalho

(PL 7341/2014 – Câmara);

8. Livre estimulação das relações trabalhistas entre trabalhador e empregador sem a participação do sindicato

(PL 8294/2014 – Câmara);

9. Regulamentação do trabalho intermitente por dia ou hora

(PL 3785/2012 – Câmara);

10. Estabelecimento do Código de Trabalho

(PL 1463/2011 – Câmara);

11. Redução da jornada com redução de salários

(PL 5019/2009 – Câmara);



Resumo de Notícias

12. Vedação da ultratividade das convenções ou acordos coletivos
(PL 6411/2013 – Câmara);
13. Criação de consórcio de empregadores urbanos para contratação de trabalhadores
(PL 6906/2013 – Câmara);
14. Regulamentação da emenda constitucional 81/2014, do trabalho escravo, com supressão da jornada exaustiva e trabalho degradante das penalidades previstas no Código Penal
(PL 3842/2012 – Câmara, PL 5016/2005 – Câmara e PLS 432/2013 – Senado);
15. Estabelecimento do Simples Trabalhista criando outra categoria de trabalhador com menos direitos
(PL 450/2015 – Câmara);
16. Extinção da multa de 10% por demissão sem justa causa
(PLP 51/2007 – Câmara e PLS 550/2015 – Senado);
17. Susta a Norma Regulamenta 12 sobre Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos
(PDC 1408/2013 – Câmara e PDS 43/2015 – Senado);
18. Execução trabalhista e aplicação do princípio da desconsideração da personalidade jurídica
(PL 5140/2005 – Câmara);
19. Deslocamento do empregado até o local de trabalho e o seu retorno não integra a jornada de trabalho
(PL 2409/2011 – Câmara);
20. Susta Norma Regulamentadora 15, do Ministério do Trabalho, que regula as atividades de trabalhadores sob céu aberto
(PDC 1358/2013 – Câmara);
21. Susta as Instruções Normativas 114/2014 e 18/2014, do Ministério do Trabalho, que disciplinam a fiscalização do trabalho temporário
(PDC 1615/2014 – Câmara);
22. Estabelecimento da jornada flexível de trabalho
(PL 2820/2015 – Câmara e PL 726/2015 – Câmara);
23. Estabelecimento do trabalho de curta duração
(PL 3342/2015 – Câmara);
24. Transferência da competência para julgar acidente de trabalho nas autarquias e empresas públicas para a Justiça Federal
(PEC 127/2015 – Senado);
25. Aplicação do Processo do Trabalho, de forma subsidiária, as regras do Código de Processo Civil
(PL 3871/2015 – Câmara);
26. Reforma da execução trabalhista
(PL 3146/2015 – Câmara).
 - b) O petróleo é nosso?
27. Fim da exclusividade da Petrobras na exploração do pré-sal
(PL 6726/2013 – Câmara);
28. Estabelecimento de que a exploração do pré-sal seja feita sob o regime de concessão
(PL 6726/2013);
 - c) Gestão da coisa pública
29. Estabelecimento de independência do Banco Central
(PEC 43/2015 – Senado);
30. Privatização de todas as empresas públicas
(PLS 555/2015 – Senado);
31. Proibição de indicar dirigente sindical para conselheiros dos fundos de pensão públicos
(PLS 388/2015 – Senado);

Leia mais em:
<http://sinttel-es.org.br/novo/noticia/o-pior-congresso-de-todos-os-tempos/>



Resumo de Notícias

07/04/2016 - Vermelho

Como ficariam a Saúde e o SUS em um “pós-golpe”?

Quais as intenções e propostas do grupo que quer chegar ao poder, sem passar por uma eleição, tem para a saúde e o SUS? Documentos da Fundação Ulysses Guimarães, do PMDB, dão uma pista de que a ideia é enfrentar a crise às custas da saúde da população

Esta postagem pretende analisar quais as intenções e propostas que o grupo que quer chegar ao poder, sem passar por uma eleição, tem para a saúde e o SUS. Para isso nos baseamos nos documentos emitidos pela Fundação Ulysses Guimarães, do PMDB, dentre eles o “Ponte para o Futuro”, e, complementarmente, entrevistas dadas por Moreira Franco e discursos e projetos de lei de lideranças desse grupo.

Prioridade zero é enfrentar a crise

Essa é entendida como a prioridade zero, mas seu enfrentamento no campo da política econômica é todo de médio ou longo prazo. Então, como o documento Ponte para o Futuro pretende enfrentar o déficit público? Com a venda de ativos (privatizações), o Estado deixando de atuar como agente econômico (no petróleo, por exemplo) e redução do gasto público. Nesta postagem trataremos do último ponto, os outros dois em outra que ainda faremos como parte da série.

Menos recursos para a saúde

O Documento “Ponte para o Futuro” traz explicitamente algumas medidas com grande impacto na saúde: “acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação”; “estabelecer um limite para as despesas de custeio inferior ao crescimento do PIB, através de lei”.

Lembremos o movimento de saúde produziu uma grande conquista ao povo brasileiro quando, depois de muita luta, conseguiu aprovar a Emenda Constitucional 29 em 2000, que garantiu que a cada ano os recursos da Saúde aumentassem conforme a variação do PIB e a inflação.

Mesmo assim, 16 anos depois, o Brasil tem um gasto público de 4,7% do PIB enquanto Uruguai tem 6,1% e países com sistemas universais, como o nosso,

Canadá e Reino Unido, apresentam ambos 7,6%, e a França, 9%.

Em 2013, antes da desvalorização do real, o gasto público do Brasil per capita era de 525 dólares, o do Uruguai US\$ 992, do Canadá US\$3.985 e da França US\$3.741.

Há menos de 10 dias, dada a situação de flagrante sub financiamento do SUS, a Câmara aprovou a EC 01 de 2015 que garante até 2023 a aplicação de 19,4% da receita corrente líquida, o que ampliaria os recursos federais para a saúde em aproximadamente 33%.

Portanto, vale dizer que essa vitória será em vão e não se concretizará porque, com a desvinculação do orçamento permanente (não temporária) e com o impedimento de aumentar acima da variação do PIB, vale dizer que o SUS que já está subfinanciado não sairá desta condição.

E o que acontecerá com o SUS?

O governo Collor vetou os artigos da Lei Orgânica da Saúde que tratavam do financiamento impedindo o SUS de nascer adequadamente. Os anos de FHC tampouco mudaram isso e o SUS seguiu subfinanciado. Caso o golpe se concretizasse, teríamos uma terceira fase de muita luta para o povo brasileiro em geral e para o movimento sanitário em especial: a “tempestade perfeita” para mudar o SUS que temos hoje.

SUS ainda mais subfinanciado; redução de recursos para os serviços existentes e redução de serviços; demanda maior que oferta e aumento do tempo de espera e filas e déficit de atendimento; insatisfação crescente com o sistema público.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/278914-1>



Resumo de Notícias

07/04/2016 - RBA

Governo Alckmin fecha 2.800 salas de aula, apesar do aumento de 70 mil matrículas

Estudo de especialistas de universidades federais e estaduais confirma fechamento de turmas denunciado pela Apeoesp. Aumento de matrículas desmente discurso tucano de queda na demanda

Apesar de as escolas estaduais paulistas terem recebido neste ano 70 mil matrículas a mais do que em 2015, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) fechou 2.800 salas em todo o estado. Os dados, não confirmados pela Secretaria Estadual da Educação de São Paulo, são de um levantamento da Rede Escola Pública e Universida-



de. Os pesquisadores compararam as situações de 2015 e 2016 em relação ao número de alunos, de turmas e de escolas que oferecem cada ciclo de ensino a partir de informações do próprio órgão, obtidas por meio da Lei de Acesso à Informação.

Formada por professores e pesquisadores da USP, Unicamp, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), (Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Universidade Federal do ABC (UFABC) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia São Paulo (IFSP), a Rede surgiu a partir do movimento de ocupações das escolas estaduais em 2015, quando os alunos se mobilizaram contra a reorganização da rede, que previa o fechamento de escolas, a extinção de turmas e a consequente superlotação das salas de aula que prejudicam ainda mais a qualidade do ensino.

Secretário de Educação de São Paulo usa site oficial para atacar direitos sociais

"Os números mostram que, apesar do compromisso do governador de suspender o processo de reorganização e de dialogar com alunos, pais, professores e outros trabalhadores, há em curso um processo de redução de salas de aula, configurando uma possível reorganização silenciosa dentro de um projeto que me parece valorizar

mais a racionalidade administrativa em detrimento da qualidade da educação", diz Ana Paula Corti, professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP).

Superlotação

Segundo Ana Paula, a superlotação de salas torna-se ainda maior quando há aumento de

matrículas, como ocorreu neste ano. Só no ensino médio houve aumento de 70.634 matrículas em relação a 2015. Na Educação de Jovens e Adultos (EJA, antiga suplência), são 16.509 matrículas a mais. "Isso demanda a abertura de novas turmas. Em vez disso, foram fechadas 645 salas no ensino médio, uma etapa já tão complicada. É preciso oferecer mais opções para o estudante, que geralmente precisa trabalhar. A oferta em locais longe de casa ou do trabalho é uma das principais causas da evasão, que é maior nesse segmento", diz Ana Paula.

E as 19 salas abertas a mais no Ensino de Jovens e Adultos, segundo explica, é insuficiente frente ao aumento do número de alunos por sala numa modalidade em que, pela sua curta duração, o aluno necessita de mais atenção dos professores.

Ainda conforme ela destaca, houve fechamento abrupto de 2.100 salas no ensino fundamental. Com isso, mesmo com a redução de 27 mil matrículas, as salas ficaram superlotadas, comprometendo assim a qualidade da educação.

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2016/04/governo-alkmin-fecha-2800-salas-apesar-do-aumento-de-60-mil-matriculadas-915.html>



Resumo de Notícias

08/04/2016 - Rede Brasil Atual

Em depoimento à PF, Mirian Dutra diz que recebia US\$ 3 mil de FHC

Ela foi ouvida por declarações a revistas brasileiras, nas quais acusa o ex-presidente de ter enviado dinheiro para o exterior de forma irregular

Em depoimento de quase seis horas, ontem (7), a jornalista Mirian Dutra, que teve um relacionamento extraconjugal com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, durante parte dos anos 1980 e início da década de 1990, confirmou que recebia cerca de US\$ 3 mil mensais dele para bancar as despesas de educação de seu filho Tomás no exterior – cujo pai ela afirma ser o ex-presidente. As informações são do portal Brasil 247.

Ainda de acordo com o portal, a jornalista revelou também que FHC usou a empresa Brasif para enviar dinheiro para o filho no exterior, por meio de um contrato fictício de trabalho. A Brasif explorava os free shops (lojas com isenção de impostos) de aeroportos brasileiros na gestão do tucano.

Mirian foi ouvida por um delegado da Polícia Federal de Brasília, já que o inquérito, aberto em fevereiro deste ano, corre na capital do país. Ela foi ouvida por declarações a revistas brasileiras, nas quais acusa o ex-presidente de ter enviado dinheiro para o exterior de forma irregular para pagamento de despesas do filho.

Transferências

Em entrevista à revista BrazilcomZ, Mirian confirmou que teve um relacionamento com Fernando Henrique Cardoso antes de ele se tornar presidente da República, durante parte dos anos 1980 e início da década de 1990. Afirmou ainda que seu filho, Tomás Dutra Schmidt, hoje com 23 anos, é filho de FHC.

Mirian disse também que o ex-presidente usou uma empresa para enviar dinheiro para o filho no exterior.

À Folha de S. Paulo, a jornalista informou que a primeira transferência foi feita por meio de um contrato fictício de trabalho, no fim de 2002. O documento, obtido pelo jornal, mostra que a contratante é a Eurotrade, com sede nas Ilhas Cayman.

A empresa era subsidiária do grupo Brasif, que,

na época, monopolizava a exploração de free shops, serviço administrado pelo governo federal. Apesar de ter dado dinheiro a Tomás, Mirian disse que FHC nunca assumiu a paternidade do rapaz. Perguntada sobre o motivo de só ter trazido os fatos à tona agora, a jornalista revelou que “está na hora das pessoas começarem a saber a verdade”.

Eurotrade

Procurada ontem pela Agência Brasil, a Brasif enviou uma nota afirmando que a Eurotrade, uma plataforma logística internacional das operações da Brasil Duty Free Shop, contratou, “em dezembro de 2002, a jornalista Mirian Dutra para realizar pesquisas sobre os preços em lojas e free shops na Europa” e que ela foi indicada para a função pelo jornalista Fernando Lemos, seu cunhado.

Na nota, a empresa assegurou que o “ex-presidente Fernando Henrique Cardoso não teve qualquer participação na contratação, tampouco fez qualquer depósito na Eurotrade ou em outra empresa da Brasif”. A empresa também informou que a Eurotrade e a Brasil Duty Free foram vendidas em 2006.

O advogado de Mirian Dutra, José Diogo Bastos, informou mais tarde a jornalistas, por telefone, que deve soltar uma nota amanhã (8) para comentar os depoimentos dados por sua cliente hoje. Ele preferiu não fazer comentários sobre o depoimento.

A reportagem também procurou o Instituto Fernando Henrique Cardoso, mas até o momento não recebeu resposta sobre a solicitação. Mais cedo, o instituto informou à Agência Brasil que esperaria o depoimento de Mirian Dutra para avaliar se haveria necessidade de se posicionar sobre as declarações.

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/04/mirian-dutra-depoe-na-pf-e-diz-que-recebia-uss-3-mil-de-fhc-1091.html>